

“Inflação vai a 200%, o nível que derrubou Allende”, diz banqueiro

por Patrícia Saboia
de São Paulo

“A se confirmar a vinda do pacote sem a desindexação dos salários, pelo menos, o efeito imediato será a aceleração da inflação para 200%. Acima deste nível, já consideramos explosão. Mas foi neste nível que o Allende caiu, e o Martinez de Hoz, da Argentina, também”, advertiu ontem a este jornal o diretor geral do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, que, ao sentar-se hoje à mesa do Conselho Monetário Nacional, perguntará “ao Delfim como é que ele pretende impedir que os aumentos de preços decorrentes dos cortes de subsídios se transmitam aos salários, aos ativos financeiros ou às prestações da casa própria”.

Moraes de Abreu acredita que foi “o ângulo muito sério da falta de credibilidade” que transferiu a decisão técnica da desindexação para o campo político, mas teme, de outro lado, que “também razões políticas possam gerar um futuro cruel para o País” — caso a hipótese do processo de abertura venha a sofrer um estrangulamento, “dano que atrasaria o Brasil por muitos e muitos anos”. Mas ele diz confiar em que o governo esteja atento para isto, pois “todos sabemos que nossas soluções têm de ser encontradas pela via única da democracia”.

Ressalvando estar especulando sobre hipóteses, já que só hoje tomará conhecimento das decisões governamentais, ele lamenta que os projetos de tirar do Banco do Brasil sua função

de autoridade monetária e do Banco Central a de fomento — como questionou este jornal — possam ter sido abandonados. Sem isto, acentua, “difícilmente será possível controlar os dispendios das estatais e do próprio governo. E o Banco do Brasil continuaria com o conflito de ajudar o governo, em vez das empresas, e com o ‘abacaxi’ de ter de sustentar a posição do País em Nova York”.

JUROS SOBEM

Caso também venha a se confirmar a informação de que o recolhimento compulsório dos bancos dobrará para 10% — o que vários banqueiros consideram paradoxal com o fim do contingenciamento do crédito —, Moraes Abreu afirma que isto significará, “no mínimo, um embaraço à queda dos juros”. Explica que aqueles depósitos são feitos na base das ORTN, o que ocasiona uma perda direta, compensada nos empréstimos. Como os depósitos a prazo estão muito caros — o sistema capta acima de 14% —, ainda serão colocados os 10% do compulsório sobre aquela taxa.

Mas ele volta à questão da não desindexação, argumentando que “no edifício falta o pilar fundamental: a não transmissão dos aumentos gerados pelos cortes de subsídios”. Reconhece que pode “estar errado, mas a livre negociação dos salários é mais ‘fair’ que o automatismo de reajustes que geram mais recessão e desemprego”. Sem querer ser “catastrófico”, advoga como “menos danoso o corte de salários que a perda do poder aquisitivo de 30% em cinco meses — o que significa fome”.